

ENTRE O DISCURSO, O PODER E A ALIENAÇÃO DE SI

BETWEEN THE DISCOURSE, THE POWER AND THE SELF-ALIENATION

Águida Assunção e Sá¹
Lúcio Álvaro Marques²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar a construção do personagem protagonista Naziazeno Barbosa, no romance *Os Ratos*, de Dyonelio Machado, a partir das propostas de Foucault em torno da ligação entre discurso e poder. A leitura da obra a partir dessa relação conduz a uma reflexão mais profunda que leva a compreender a força do discurso no sentido de materializar ideologias bem como seu efeito circular nas posturas que interessavam aos grupos políticos e classes dominantes no governo Vargas. Busca-se compreender a construção de um personagem fragilizado, anistórico, completamente absorto na busca de solução para seus problemas financeiros, refém do tempo, do poder político e monetário dentro da lógica capitalista instaurada. A questão central gira em torno da forma como Naziazeno é atravessado pelo poder do discurso nos anos 1930, o que o leva ao silenciamento, impossibilitando a consciência crítica de si e da realidade que o cerca.

Palavras-chave: Foucault; Discurso; Poder; Dyonelio Machado; História.

ABSTRACT

*The central aim of this article is to analyze the construction of the protagonist character Naziazeno Barbosa in the novel *Os Ratos* by Dyonelio Machado, based on Foucault's proposals regarding the link between discourse and power. Analyzing the work from this point of view leads to a deeper reflection to understand the power of discourse that materializes ideologies and its circular effect on the positions interesting to the political groups and dominant classes in the Vargas government. We also seek to understand the construction of a fragile and anhistorical character absorbed in the search for a solution to his financial problems, hostage to time, political, and monetary power within the established capitalist logic. The central question revolves around how the power of discourse crosses Naziazeno in the 1930s, leading him to silence and making it impossible for him to be critically aware of himself and the reality surrounding him.*

Keywords: Foucault; Discourse; Power; Dyonelio Machado; History.

1 Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Experiência na área de Literatura e revisão de livros. Membro do grupo de pesquisa *Studia Brasiliensia* (CNPq). E-mail: aguidasa.sbs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2148-7095>

2 Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM/CNPq). Atua no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFICS) e no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação (PPG Educação). Tem Pós-doutorado em Filosofia Brasileira pela Universidade do Porto / Portugal (Uporto / 2015). Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS / 2012-2014). E-mail: lucio.marques@uftm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7571-0977>

INTRODUÇÃO

A leitura do romance *Os Ratos* (1935), do escritor gaúcho Dyonelio Machado (1895-1985), proporciona, a partir de um enredo simples, algumas reflexões bastante densas relativas à questão da temporalidade e da historicidade. Levando o leitor a aprofundar o âmbito dessas discussões, o autor traz junto, na evolução da narrativa, uma outra reflexão referente ao contexto de produção da obra: um momento histórico, econômico e político como pano de fundo, marcado por mudanças que afetaram a vida de milhares de cidadãos em nosso país, especialmente das camadas menos favorecidas da população.

O enredo, aparentemente muito simples, traduz a visão de mundo predominante nos anos 1930, anos bastante turbulentos que já apontavam indícios da ditadura que se instauraria em 1937. É um período de muitas efervescências políticas, do colapso do sistema financeiro internacional sob o impacto da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Getúlio Vargas se torna protagonista da Revolução de 30 que pôs fim à República Velha. É o momento que antecede a implantação do Estado Novo, o que levará à censura aos meios de comunicação e à aprovação da Lei de Segurança Nacional, dando ao governo plenos poderes para reprimir atividades consideradas subversivas. Entre muitos movimentos de resistência que já estavam acontecendo - por exemplo, as revoltas tenentistas dos anos 20 -, destacaram-se as lideranças comunistas cujo partido envolveu muitos de nossos literatos. Dyonelio Machado, que foi presidente do Partido Comunista em Porto Alegre, torna-se um dos protagonistas na luta contra o poder opressor, sendo, por isso, o primeiro preso político em nosso país.

Todo esse panorama moldou o contexto da época que propiciou o surgimento de uma literatura mais comprometida com a questão social e de clara militância política³. Nesse momento da literatura, denominado “segunda geração modernista” (1930-1945), muitos escritores se destacaram no que o crítico João Luiz Lafetá⁴ chamou de “projeto ideológico”, uma vez que foi intenso um trabalho com produções literárias diretamente voltadas para a participação na vida social com consequente denúncia de problemas vividos pelas classes marginalizadas na sociedade. Foi uma geração de escritores que buscava novos caminhos dentro de um projeto de cunho ideológico. A partir desses interesses e do próprio contexto da época, as obras produzidas traziam a denúncia de injustiças sociais, retratando o agravamento da desigualdade social especialmente no Nordeste. Esse grupo de escritores

3 Acerca desse momento de produção literária, Bosi (2015, p. 410) afirma que “as décadas de 30 e de 40 vieram ensinar muitas coisas úteis aos nossos intelectuais. Por exemplo, que o tenentismo liberal e a política getuliana só em parte aboliram o velho mundo, pois compuseram-se aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias. (...) Essa compreensão viril dos velhos e novos problemas estaria reservada aos escritores que amadureceram depois de 1930 (...)”.

4 João Luiz Lafetá, em seu livro “1930: A crítica e o Modernismo” (2000, p. 28), faz uma análise sobre as mudanças propostas pelos artistas na Semana de Arte Moderna e os caminhos trilhados pelos escritores da geração seguinte. Ele propõe a reflexão em torno de um *projeto estético*, nos anos 1920, e um *projeto ideológico*, nos anos 1930. Segundo o crítico, “um exame comparativo, superficial que seja, da fase heroica e da que se segue à Revolução mostra-nos uma diferença básica entre as duas: enquanto na primeira a ênfase das discussões cai predominantemente no *projeto estético* (isto é, o que se discute principalmente é a linguagem), na segunda a ênfase é sobre o *projeto ideológico* (isto é, discute-se a função da literatura, o papel do escritor, as ligações da ideologia com a arte).”

(Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, entre outros) busca analisar a vida do cidadão de classe média nesse início do século XX. São amplamente trabalhadas as questões sociais no ambiente fictício, expressando um sério engajamento com uma visão crítica do contexto da época, especialmente a realidade sofrida da população nordestina. Ao mesmo tempo, surge também uma literatura de natureza psicológica, intimista, centrada no personagem, em cujo grupo se destaca Dyonelio Machado, que traz para a sua narrativa os problemas enfrentados no ambiente urbano, ocasionados pelo êxodo rural bastante frequente na Porto Alegre deste período.

O livro, pouco lido em nosso meio, chama a atenção, num primeiro momento, pela escolha do título que destaca a alegoria dos ratos. Publicado em 1935, já no contexto do governo Vargas, ganhou o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Interessante ressaltar o fato de que o autor se encontrava preso no momento da premiação devido à sua militância política. Nasceu em Quaraí-RS, em 1895, e faleceu em Porto Alegre-RS, em 1985. Era médico psiquiatra, escritor, jornalista e militante comunista. Durante muito tempo, sua obra ficou esquecida, pouco conhecida do público leitor. Há alguns anos, vem sendo resgatada, o que leva a um reconhecimento do trabalho do autor.

São muitas as reflexões que a obra suscita, como acontece com qualquer obra literária. Nesta, em especial, chama a atenção a construção do personagem e o recorte temporal de vinte e quatro horas trabalhado em apenas vinte e oito capítulos bastante curtos. Naziazeno Barbosa, um funcionário público, vive atormentado em busca de uma solução para um de seus problemas financeiros. Vivendo em uma sociedade atomizada, às voltas com a pressão do tempo, precisa, nesse dia, ou seja, em vinte e quatro horas, quitar a dívida de cinquenta e três mil réis com o leiteiro. É um funcionário assalariado, sem passado, sem história, completamente envolvido na busca de solução para os problemas financeiros, o que afetava toda uma classe de trabalhadores subjugada pela lógica do capital a beneficiar somente as elites que muito lucravam com a implantação do sistema capitalista.

Nas andanças pela cidade de Porto Alegre durante este dia, Naziazeno vive o drama existencial da falta de recursos mínimos para uma sobrevivência digna e se torna o retrato da classe de trabalhadores que, como ele, acabam ficando reféns do sistema capitalista e de um processo de industrialização e modernização das cidades o qual produz homens acuados, fragilizados e totalmente sem consciência crítica tanto de si quanto da situação em que se encontram. Como Naziazeno Barbosa, estão presos a um emaranhado de dívidas, e a busca para a solução dos problemas financeiros se transforma numa rotundidade sem fim que os leva à repetição de tarefas diárias.

Naziazeno Barbosa, um herói sem passado e sem futuro, dentro de uma narrativa que não traz sua história, preso à circularidade temporal, gerada pela rotina, e à prática do favor, comum neste período, consegue o dinheiro para saldar a dívida no fim do dia com ajuda de amigos. A solução do problema financeiro desse dia gera outro problema financeiro, numa rotundidade que o torna um eterno *outsider* refém de um sistema opressor numa relação de poder imposta pelo regime de governo dos anos 1930.

O estudo das propostas feitas por Michel Foucault envolvendo o discurso e o poder trouxe à tona a necessidade de pensar mais a fundo as questões em torno da relação de poder que subjaz à criação do personagem central na obra *Os ratos*, de Dyonelio Machado. A maneira de narrar e a forma como foi criado o personagem - uma espécie de anti-herói -, deixam entrever problemas que geram muitos questionamentos em torno da situação da classe trabalhadora nesse momento. Neste artigo, a proposta de

análise gira em torno da questão: como a força do discurso leva ao silenciamento do sujeito em função de um projeto político de poder na lógica capitalista dos anos 1930?

1 O PODER ENQUANTO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

A leitura de *A ordem do discurso* (2014), de Michel Foucault, aponta para reflexões importantes e necessárias a respeito de questões relativas ao discurso e ao poder. Na sua hipótese inicial, o filósofo francês chama a atenção para o fato de a produção do discurso ser controlada em nossa sociedade:

... em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9)

Foucault inquieta-se frente ao “discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 2014, p. 8) cuja produção é controlada por mecanismos engendrados em uma série de instituições bem como nos diversos tipos de relações. É selecionada e organizada, pois há uma ordem relativa a coisas que podem ser ditas ou não, e é redistribuída nas várias instâncias de acordo com interesses.

O discurso seria algo invisível que atravessa nossas relações cotidianas, fruto de interesses de instituições que garantem sua reprodução por meio de aparelhos ideológicos. Por isso, torna-se perigoso ao servir a interesses, podendo ser usado para dominar, marginalizar ou discriminar, significando, nessa ótica, o poder. Dessa forma, o discurso possibilita a materialização de ideologias que estão subjacentes à sua produção:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 9-10)

Essa ligação mostra claramente que o discurso que atravessa as pessoas está intimamente ligado ao desejo e ao poder. Poder esse que pode ser usado para manipular, dominar, seduzir através da produção de sentido que veicula posturas ideológicas e deixa entrever a força que o discurso tem em nossas sociedades. Vão se construindo relações em meio ao dito e ao não dito, quando instituições controlam o que circula e/ou o que se diz ou não. Ao materializar as ideologias, o discurso pode ser usado para mascarar realidades, servir a interesses, dominar, garantir posturas. A utilização do discurso pode significar o controle das pessoas e da própria história. Assim, Foucault demonstra sua ampla consciência da força do discurso, enfatizando que também nós acabamos por reproduzir essas ideologias em nossas formulações discursivas.

Foucault ainda assinala alguns procedimentos que garantem essa materialidade do discurso. Nos procedimentos de exclusão, ele menciona a interdição, a separação e rejeição, a vontade de verdade. Aqui ele aprofunda a reflexão referente à circulação do discurso: o que pode ou não ser dito, ou que não se pode dizer tudo em qualquer circunstância, a separação das pessoas ditas loucas ou qual a verdade que interessa à sociedade em determinado momento. O discurso circula conforme o que as pessoas querem que aconteça: “enfim creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 17). Aqui incide o interesse das instituições em uma determinada vontade de verdade que, segundo ele, “não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (FOUCAULT, 2014, p. 19). Assim a vontade de verdade é mascarada não por acaso, mas como estratégia discursiva deliberada, e, para Foucault, a razão disso pode estar no fato de que “se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Além desses procedimentos, considerados externos por Foucault, existem, segundo ele, “muitos outros procedimentos de controle e delimitação do discurso”. Ele analisa outros procedimentos que seriam internos, “visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Ou seja, o discurso atende as pessoas, garante o poder em suas mãos.

Em sua outra obra, *Microfísica do poder* (2021), Foucault chama a atenção para um outro aspecto que envolve o poder, afirmando que não deve ser visto como um fenômeno de dominação que está nas mãos de apenas um indivíduo ou de um grupo ou classe sobre as outras. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (FOUCAULT, 2021, p. 284), ou seja, o poder não estaria apenas direcionado aos indivíduos, mas os atravessa. Os indivíduos tanto podem exercer o poder quanto sofrer sua ação. O poder vai se transmitindo através dos indivíduos, o que significa dizer que “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2021, p. 285).

Fazendo uma análise da maneira como o poder era exercido ao longo dos tempos, o filósofo faz uma referência a uma nova mecânica de poder a partir dos séculos XVII e XVIII, apoiada mais nos corpos e seus atos que na terra e seus produtos. A invenção desse mecanismo proporcionou explorar mais tempo e trabalho dos corpos que bens e riqueza. Segundo ele, esse sistema se exerce através da vigilância e de um sistema minucioso de coerções materiais, representando “uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (FOUCAULT, 2021, p. 291). Trata-se do poder disciplinar, inventado pela sociedade burguesa e fundamental para a constituição do capitalismo industrial e da sociedade que ele originou.

Essa disciplina passou a ser bastante valorizada quando se passou a gerir a população. Segundo Foucault, não se trata de gerir os fenômenos em termos globais ou de resultados gerais, mas gerir a população em amplo nível de profundidade, o que significa gerir de maneira minuciosa, envolvendo cada detalhe. Ele está enfatizando aqui o poder sobre a vida, aparelhos de poder que, além da observação,

permitem a intervenção direta e a manipulação de tudo. Ao analisar as táticas gerais da governamentalidade, o filósofo aponta para

um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. O Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2021, p. 431)

Enfim, o filósofo francês traz, nessas duas obras, uma importante reflexão acerca de questões que envolvem a produção do discurso, sua ligação com o poder, como ele circula e a quem interessa a sua reprodução. A sua hipótese inicial de que os discursos produzidos são controlados, selecionados e organizados dentro de uma ordem proporciona uma visão mais crítica das relações de poder nas quais estamos inseridos e que tipo de indivíduos elas produzem. Visão essa tão importante quanto a análise dos procedimentos que garantem esse controle até nos colocar diante de um poder disciplinar que, de maneira mais minuciosa, acaba por se transformar em um poder sobre a vida dos indivíduos. Com base nessas considerações iniciais, faremos uma análise da alienação do sujeito construída dentro das relações de poder e como fruto do poder do discurso dos anos 1930 no romance *Os ratos*, de Dyonelio Machado.

2 A PRODUÇÃO DE UM *OUTSIDER* PELO PODER

As considerações feitas até aqui no que se refere à ligação entre discurso e poder, a partir de Foucault, proporcionaram um embasamento filosófico extremamente importante para entendermos a construção do personagem central do romance *Os ratos*. Como o livro foi produzido em plena era Vargas, pouco antes da instauração do Estado Novo, torna-se inegável a relação entre a construção de um Naziazeno acuado, fragilizado, oprimido, alienado, sem passado e sem projeções para o futuro e a postura ideológica predominante nesse momento. Logo no início, Machado apresenta o personagem numa situação dramática que perpassará toda a narrativa: “Os bem vizinhos de Naziazeno Barbosa assistem ao ‘pega’ com o leiteiro. Por detrás das cercas, mudos, com a mulher e um que outro filho espantado já de pé àquela hora” (MACHADO, 2004, p. 7). Ele tem apenas vinte e quatro horas para quitar a dívida de cinquenta e três mil réis com o leiteiro.

O recorte de vinte e quatro horas na vida desse sujeito totalmente alienado chama a atenção para algumas questões que oprimem o personagem, espelho de toda a classe assalariada nesse período, especialmente no que tange à sistematização de mecanismos de poder. Um primeiro elemento que salta aos olhos na construção desse sujeito vítima desses mecanismos é o tempo. Acompanhando a trajetória circular e paranoide de Naziazeno às voltas com a urgência de uma solução para o seu problema imediato - quitar a dívida com o leiteiro -, “é a quarta vez que faz esse trajeto da repartição ao centro - do centro à repartição” (MACHADO, 2004, p. 51), percebemos o tempo como um fator que expressa um aspecto dessa relação de poder instaurada para controlar tudo e todos. Tem um dia apenas: “*Lhe dou mais um dia!*” -, mais um dia ... um dia! ...” (MACHADO, 2004, p. 21). A repetição da expressão soa quase como um

refrão a atordoar Naziazeno e mostra claramente o poder do tempo no sentido de oprimir e aprisionar o personagem na única possibilidade que ele tem: solucionar o problema. Como não há para ele um outro caminho, segue seu percurso angustiante ora diante do tempo que se acelera no seu exterior (as horas vão passando), ora diante do tempo psicológico que se desacelera no seu interior nos momentos que se transformam em uma eternidade, absorto que está em seus pensamentos, especialmente no plano para conseguir o dinheiro. O tempo medido, cronometrado torna-se, assim, uma forma de controle exercida pelo homem sobre o próprio homem, pois

a organização que se instala através do tempo põe ordem e ritmo ao caos, estabelece os limites para as ações humanas além de confirmar a relação direta com os ritmos do universo. É bom salientar também que **o tempo está ligado ao poder**, visto que só os seus detentores podem interferir nele. A questão do tempo sempre esteve entre as preocupações dos povos, mas somente com a revolução industrial, que exigiu uma maior sincronia do tempo com o trabalho, é que essa preocupação aumentou. (VÉSCIO, 1995, p. 67-68, grifo nosso)

Durante a era Vargas, esse controle sobre e a partir do tempo se intensificou. Devido ao processo de industrialização das cidades, a questão temporal incidiu diretamente na vida dos trabalhadores e na sua relação com o trabalho. A construção de Naziazeno nos proporciona essa percepção não só na busca obstinada pela solução da dívida como também por sua situação de funcionário público assalariado completamente refém de uma cultura capitalista que tem, na organização do tempo, seu principal fator de poder e controle. “(...) as vinte e quatro horas vividas por Naziazeno são um recorte horizontal, cronológico de sua miserabilidade social, relacionada com seu contexto” (VÉSCIO, 1995, p. 68). Por isso, ser tão bem trabalhada por Machado a interioridade extremamente dramática do personagem, aprofundando o conflito entre tempo cronológico e tempo psicológico: “tempo de sua verdadeira vivência que se indis põe com a hierarquia cronológica” (VÉSCIO, 1995, p. 69).

Quanto mais se aprofunda a leitura do romance, mais o leitor se convence de que Naziazeno é um desses indivíduos que se tornam efeito do poder e do discurso produzido pelos mecanismos de controle no contexto do governo Vargas⁵. Já existem indícios, nos primeiros anos, de que a classe trabalhadora se tornaria refém de um poder que se instaura numa relação de opressão: “são os anos que precederam o Estado Novo, e o romance se deixa ler também por esse lado documental”, pois o percurso narrativo do autor está mergulhado no contexto da época, “antecipando no cotidiano miúdo dos necessitados, presas fáceis de toda opressão paternalista, a sombra dos anos cinzentos da ditadura de Getúlio, ‘pai dos pobres’” (ARRIGUCCI JÚNIOR, 2004, p. 206).

5 A leitura do livro *Incidente em Antares*, de Erico Veríssimo (1971), é uma interessante oportunidade para aprofundar o contexto histórico desse período no ambiente da narrativa que propicia um entrecruzamento entre história e literatura. O envolvimento do personagem fictício Tibério Vacariano, um dos coronéis de Antares, nas questões políticas do governo Vargas, beneficiando-se em diversas transações e contatos com outros políticos, parece facilitar a compreensão dos bastidores desse período. Bastante útil para a análise que se faz neste artigo a passagem dessa narrativa em que Veríssimo se refere a Getúlio como “Homem sereno, de feições e maneiras agradáveis, sabia usar a cabeça com lúcida frieza e possuía qualidades carismáticas ainda não de todo reveladas plena e publicamente. Dizia pouco mas perguntava muito. Frio, solerte, sabia jogar com dois fatores importantes na vida: **o tempo e as fraquezas humanas**” (VERISSIMO, 2006, p. 47, grifo nosso).

Sendo a alegoria política uma das possibilidades de leitura da narrativa, podemos nos basear na análise do discurso e das relações de poder em Foucault para compreendermos com mais clareza a construção de um anti-herói desamparado e deslocado no ambiente urbano da Porto Alegre do início do século XX. O contexto histórico-social conduz a uma reflexão acerca da mitologia política em torno da figura de Getúlio como “pai dos pobres” que leva à solidificação de um discurso ideológico para a construção política do Estado Novo. Este seria um segundo elemento que podemos depreender da narrativa no que tange à construção de estratégias de poder que têm como objetivo o pleno controle e coerção social.

Tratava-se de estabelecer um vínculo político profundo entre o presidente Vargas - responsável pessoalmente pela grande obra antecipatória do direito social brasileiro - e o povo/trabalhador que, tornado são e bem-educado, era o principal responsável pela riqueza e grandeza do país. Ou seja, em todos os discursos ressaltavam-se as virtudes excepcionais do presidente - guia e “pai dos pobres” - e as qualidades do cidadão brasileiro, elogiado por sua operosidade e dedicação ao trabalho. A uni-los, através do tempo, estava a “doação” da legislação social, que instaurava a obrigação do reconhecimento do povo ante “seu” presidente, conformando tal contrato político como uma legítima adesão e não como uma mera submissão à força do Estado. (GOMES, 1999, p.66)

Partindo de uma retórica política que buscava a transformação nacional, o discurso produzido e reproduzido buscava a união nacional através da força de trabalho em prol da coletividade de tal forma que não deixava entrever a subjugação das classes trabalhadoras ao poder que se instaurava. Os trabalhadores se encontravam em situações precárias, o que concorria para o atraso no desenvolvimento do país. Antonio Candido, no seu artigo intitulado “Literatura e subdesenvolvimento”, faz uma importante análise das relações entre subdesenvolvimento e cultura. A realidade do subdesenvolvimento se contrapõe à imagem de “país novo” tão romantizada até o início do século XX e fortalecida nos anos 1930 (CANDIDO, 1989, p. 160).

A leitura do artigo facilmente incluiria a obra de Machado, dado seu trabalho com a literatura em prol da denúncia de situações que mostram claramente esse jugo econômico e político que vigorou em nosso país no governo Vargas, contexto específico de sua produção. Para Candido, “as áreas de subdesenvolvimento e os problemas do subdesenvolvimento (ou atraso) invadem o campo da consciência e da sensibilidade do escritor, propondo sugestões, erigindo-se em assunto que é impossível evitar (...)” (CANDIDO, 1989, p. 157-158).

No contexto dos anos 1930, a propaganda política de reconstrução da nação se fundamentava na proposta de solução dos problemas sociais e econômicos, baseada no desenvolvimento das forças produtivas, mas não trazia uma resposta para o quadro de subdesenvolvimento a que foram jogadas as classes trabalhadoras. Para o alcance dessas metas do programa político, foram criados dispositivos autoritários e ditatoriais ao mesmo tempo em que se construía o mito em torno da figura de Getúlio como “pai dos pobres”. A postura ditatorial se justificava como alternativa para resolver os problemas do país. “Já a propaganda montada em torno da ‘concessão’ da legislação trabalhista, ao difundir a imagem do Estado como ‘Estado-Pai’ e de Getúlio Vargas ‘pai dos pobres’, atendeu, por via indireta, à mesma finalidade de subordinação política das classes trabalhadoras urbanas” (PARANHOS, 2007, p. 26).

Com o agravamento da crise financeira depois da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, cresciam os problemas vividos pelas classes menos favorecidas da população com o desemprego, a exclusão social, a pobreza, especialmente por aqueles que vinham do campo para a cidade:

O problema imigratório apresentava, sem dúvida, uma face econômico-social que só se agravava com a crise internacional de 1929 e todos os seus conhecidos desdobramentos. O número de desempregados era grande, como era grande o movimento interno que trazia mais mão-de-obra do campo para a cidade. Tudo isso redimensionava o problema político da presença maciça de estrangeiros no país. (GOMES, 1999, p. 68)

O trabalhador do campo, nesse contexto de mudanças, e inclusive de modernização das cidades pelo processo de industrialização, acabava por viver uma situação de abandono e desamparo, sem uma atenção direta dos governantes do país, o que os levou ao êxodo rural. “Sem educação e saúde, sem transporte e crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar” (GOMES, 1999, p. 70)

Aqui se situa Naziazeno Barbosa, um *outsider* produzido dentro desse complexo contexto, um homem pobre vindo do campo⁶ e ainda “não completamente radicado no espaço urbano, pois sente a nostalgia da vida da campo, que ele imagina mais encantadora (...)” (ARRIGUCCI JÚNIOR, 2004, p. 202-203). É um funcionário público que vive sob a pressão do tempo na busca de solução para o seu problema em uma realidade que não lhe é favorável, tendo a sensação de estar sempre sendo vigiado, ameaçado, como se fosse espreitado a todo instante. Um pobre homem deslocado no ambiente urbano atomizado. Vive à mercê de todo tipo de pressão de “olhos devassadores” (MACHADO, 2004, p. 13), num contexto em que a classe trabalhadora vivia manipulada, na dependência do poder público, a força capaz de superar os problemas do país.

(...) o Estado Capitalista partia, impiedosamente, para o ataque à autonomia organizativa e à independência político-ideológica da classe operária. Impunha sua tutela corporativista em troca da subordinação política do proletariado. Tratava-se, no fundo, de conter os conflitos no setor urbano-industrial, algo essencial para a ‘normalidade’ do processo de acumulação capitalista. As armas utilizadas para dobrar a resistência das classes trabalhadoras foram, então, a repressão aos seus agentes mais politizados e a aproximação paternalista em relação às classes populares como um todo. Aí é que se esclarece a função desempenhada pela imposição da legislação sindical e pela progressiva implantação da legislação trabalhista, dois vigorosos suportes da política de Estado para os trabalhadores no pós-30” (PARANHOS, 2007, p. 26)

⁶ Luiz Eugênio Vécio (1995), lendo Maria Zenilda Grawunder no seu estudo sobre a obra de Dyonélio Machado, afirma que “a partir da década de 20, alterações significativas marcaram o Rio Grande do Sul. As condições, principalmente na região da Campanha, as mudanças na economia agropecuária, com a expulsão do homem do campo para as cidades, repercutiram na literatura, dando tônica à ficção regionalista. Daí decorreu o sepultamento do **ufanismo gaúcho**, e os dramas do **gaúcho a pé**. Mas foram os influxos da cidade grande que continuariam a afetar Dyonélio, um dos precursores da literatura social urbana” (VÉSCIO, 1995, p. 47).

Ao colocar a dívida com o leiteiro, Machado aponta para um dos graves problemas enfrentados pelos trabalhadores na época. Os baixos salários eram consumidos especialmente com a questão da alimentação. Ele deve cinquenta e três mil réis ao leiteiro numa época em que o salário mínimo girava em torno de duzentos e quarenta mil réis⁷. Essa é a dívida do dia que gerará outras dívidas entre as tantas já acumuladas. “Tu ainda não pagaste o doutor, Naziazeno.../ ‘- Não paga ninguém” (MACHADO, 2004, p. 15). O destaque à frase ‘*Não paga ninguém*’, além de sugerir a ideia do acúmulo de dívidas ao longo dos anos, traz também a imagem de alguém que não consegue reverter essa situação por estar totalmente inserido em um contexto de opressão que o impede de mudar tal condição.

A escolha do leiteiro como aquele a quem Naziazeno precisa pagar nestas vinte e quatro horas mostra claramente a intenção de Machado em trazer para o ambiente da narrativa o problema enfrentado pelos assalariados com relação à alimentação. Isso se expressa na escolha da dívida que tem para pagar o leite do filho. “- Mas, Naziazeno... (A mulher ergue-lhe uma cara branca, redonda, de criança grande chorosa)... tu não vês que uma criança não pode passar sem leite? ...” (MACHADO, 2004, p. 10). Na evolução da narrativa, entendemos o problema de forma mais abrangente, numa relação metonímica com toda a classe que, por baixos salários que recebe, mal consegue o necessário para uma alimentação digna:

- Que é que você leva aí? - diz um deles, e aponta com os olhos pra um certo objeto que o outro com a mão diligencia por introduzir melhor no bolso de trás da calça.
- Naziazeno também olha, e sente um mal-estar vago e indefinível, quando o outro esclarece:
- Leite. É o meu almoço.
- “- Como é que um homem pode se contentar apenas com um vidro de leite ao meio-dia?” - pensa Naziazeno. O olhar do “leiteiro” ameaçando-o, insultando-o, e que ele sustenta mal, aparece com nitidez na face atrigueirada, sobre o pescoço forte que emerge da camiseta justa... (MACHADO, 2004, p. 15-16)

Nessa conversa entre os trabalhadores ouvida por Naziazeno, quando estão no bonde de manhã, indo para o trabalho, torna-se perceptível esta realidade que assola essa classe. O leite torna-se metáfora para uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em obter o mínimo para uma sobrevivência digna que é a alimentação. Quando Machado caracteriza o “olhar” do leiteiro como ameaçador, transporta o leitor novamente para a esfera do poder e do controle, sendo o leite a metáfora alimentar.

- Tudo também me saiu mal hoje - acrescenta Alcides. E noutro tom:
- Você almoçou?
- Ainda não.
- Tome qualquer coisa então. O que é que vai tomar?
- Naziazeno hesita, sem vibração, sem vontade.
- Um café com pão e manteiga?...
- Não: um copo de leite. (MACHADO, 2004, p. 107-108)

7 É interessante pensar o valor em referência ao salário de 240 mil réis instituído em 1º de maio de 1940 (não temos o valor exato do salário mínimo nos anos anteriores). Pensando no valor de uma das dívidas, no caso com o leiteiro, em comparação com o valor do salário, o que lhe sobraria para sobreviver dignamente? Veja, sobretudo, Paulo PAIM (2005, p. 143 e 153): *O homem público não é um vento sem rumo*. As informações adicionais estão em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

É interessante notar, a partir dessa passagem, o grande contraste entre a realidade dos assalariados famintos e o discurso criado em torno da figura de Getúlio enquanto “pai dos pobres”. Se ele era realmente pai, aqui se instaura um conflito: o pai deixa faltar o básico para os filhos que é a alimentação: Naziazeno não almoçou e se fragiliza mais ainda diante do cansaço proveniente das andanças pela cidade. Mesmo famintos, mesmo vivendo essa realidade, trabalhadores como Naziazeno se mantêm completamente submissos diante do poder do discurso. O cansaço diário os envolve e os impede de pensar a fundo a situação em que estão inseridos. Não têm o básico, não têm força, não têm voz, não há nenhuma possibilidade de se rebelarem, dada a perfeita estratégia utilizada na construção de um discurso que os subjuga e os cala.

Nas suas andanças pela cidade para resolver o problema da dívida com o leiteiro, Naziazeno encontra um indivíduo em uma grande casa atacadista e tenta, com ele, resolver seu problema em busca de um empréstimo. Nessa conversa, novamente o autor traz a situação humilhante vivida pelo personagem que se sente envergonhado diante da situação miserável que vive. Não tem coragem de dizer que não tinha dinheiro sequer para o almoço: “- **ainda não almocei.** /- Como?! Não tem o que comer?... / (...)

- Não é isso - acrescenta ele, justificando-se: - tive de ficar na cidade... pra conduzir um negócio ... Não pude voltar pra casa pra almoçar./ (**Não diz: “- E não tive dinheiro pra almoçar na cidade.”**) (MACHADO, 2004, p. 95-96, grifo nosso)

Machado traz para o ambiente da narrativa “a nossa história social - aquela relativa ao surgimento dos assalariados urbanos e sua inserção dura e silenciosa na vida das cidades” (BIASOLI, 1995, *Prefácio*). Através dos olhos de Naziazeno, o autor desnuda a situação de milhares de funcionários públicos assalariados e seus dilemas cotidianos na luta pela sobrevivência diária. Mesclando o imaginário com o real, Machado traça um panorama do que foi a realidade da Porto Alegre dos anos 1930 quando da implantação do sistema capitalista que deixou à margem tantos Naziazenos, provedores do lar, desamparados e deslocados na cidade grande que se modernizava, mas sem as devidas condições de vida digna para as classes trabalhadoras. “Naquele ambiente comercial e de bolsa do mercado, quantos *lutadores* como ele! ... Sente-se em companhia, membro lícito duma legião natural” (MACHADO, 2004, p. 24). A palavra *lutadores* em itálico aponta para dois sentidos da luta diária em *Os ratos*: “as atividades fortuitas (às vezes ilícitas) - às quais Naziazeno dá um aspecto habitual e espontâneo” ou ao “emprego honesto em que se esquece as dificuldades momentâneas e se baixa a cabeça, na esperança de dias melhores” (SCHIFFNER, 2018, p. 7). Analisando assim o uso da palavra “lutadores”, Schiffner levanta o questionamento em torno das “chances de Naziazeno sair daquela situação trabalhando”, pois, segundo ele, o problema não é individual, mas estrutural. Machado mostra claramente esse drama coletivo, pois nessas andanças, Naziazeno não está sozinho. Há tantos outros lutadores como ele formando uma “legião” que luta diariamente pela sobrevivência. Ele oferece ao leitor, ao mesmo tempo, o individual e o social do cotidiano desse contexto ao criar Naziazeno Barbosa, espelho de todos que sofrem por causa do processo que se impôs nas cidades produzido pela lógica capitalista⁸.

Um terceiro elemento importante na narrativa para entendermos o personagem central como um *outsider* produzido nas relações de poder é a ausência de caracterização e dissolução da historicidade.

8 Vécio (1995, p. 99) cita o que ele chama de “uma incisiva apreciação de Dyonélio sobre o sistema que combateu com determinação: “A fortaleza é o capitalismo, seu instrumento de ação é a exploração única do homem.”

Não são colocadas informações acerca das características físicas de Naziazeno como também não são dadas informações sobre sua história, seu passado e suas projeções para o futuro. “É um cidadão anônimo da cidade grande (...) apresenta-se tímido, incapaz, desajeitado” (VÉSCIO, 1995, p. 69). E assim como ele, outros personagens são colocados da mesma forma: são anônimos, desconhecidos, solitários. No momento em que Naziazeno já está em casa, pensando no que viveu durante esse dia, vem-lhe a imagem do passageiro no bonde: “Naziazeno aguça o ouvido. Nada. Há em torno um silêncio, um silêncio noturno ...” (MACHADO, 2004, p. 161). A sensação de solidão vai se tornando cada vez mais evidente: “- E ele sente uma solidão, quando pensa no passageiro desconhecido, anônimo que desceu do bonde, enfiou-se pela rua travessa, desapareceu, sem nome, sem lugar conhecido...” (MACHADO, 2004, p. 161).

O traço do anonimato, da solidão e do abandono está presente em toda a narrativa, enfatizando essa situação a que foram relegados os tantos desconhecidos mas pertencentes a uma mesma classe: os assalariados lutadores que todos os dias correm em busca do dinheiro para resolver os problemas diários sem fim. A ausência da história pessoal é um elemento significativo para se entender a sistematização das relações de poder nesse período. Classes de indivíduos esvaziadas, cuja história é silenciada, tendo suas memórias relegadas ao esquecimento⁹, tornam-se objetos de fácil manipulação. A construção do mito em torno da imagem de Getúlio Vargas leva a um novo momento da história, “até porque o esquecimento ou perda da lembrança da participação humana na produção desse ou daquele acontecimento favorece a naturalização da história, que arrasta consigo uma carga conservadora igualmente política” (PARANHOS, 2007, p. 31). Machado denuncia, através de Naziazeno, a situação desses sujeitos sem voz, sem discurso, que não podem expressar-se, cuja história foi silenciada para legitimar a história forjada por ideologias dominantes. Denuncia, através da narrativa, o aniquilamento total das classes trabalhadoras diante de um poder opressor que impede a construção de uma consciência crítica de si e da própria realidade que as rodeia. Nessas relações de poder que são estruturadas nesse momento, não há nenhuma possibilidade de se organizarem, de se rebelarem, pois estão fadadas ao silêncio, ao controle, ao domínio, à alienação. “Não sabe como encherá a tarde. O seu ‘nevoeiro’ só lhe permite ver

9 Mais uma vez é interessante citar Erico Veríssimo no *Incidente em Antares* (1971), trazendo aqui a passagem em que é criada, de forma bastante consciente e intencional, a chamada *Operação Borracha*, cujo objetivo é levar ao esquecimento o fato que abalou as estruturas políticas e sociais da cidade. Em uma conversa por telefone ouvida por Shirley Teresinha, uma das telefonistas da cidade, dois homens discutem a melhor forma de apagar o acontecimento da memória das pessoas, uma vez que várias situações de corrupção, tortura, hipocrisias, falsidades foram denunciadas e tornadas públicas. “- Mas depois de todas as barbaridades ditas hoje na praça, a vida de Antares não pode continuar a mesma. / - Qual, compadre, não se iluda! **O tempo tem muita força**. Deixe passar uns dias, umas semanas e tudo fica como dantes no quartel de Antares” (VERÍSSIMO, 2006, p. 380, grifo nosso). Em outra passagem, a questão se torna mais evidente: “- Eis o que proponho - respondeu o amigo de Platão, Sócrates e outros filósofos da Antiguidade. - Organizar uma campanha muito hábil, sutilíssima, no sentido de *apagar esse fato* não só dos anais de Antares como também da memória de seus habitantes. Sugiro (aqui entre nós) um nome para esse movimento: *Operação Borracha*” (VERÍSSIMO, 2006, p. 466). Ambos, Veríssimo e Machado, trazem à tona esse elemento cruel na instauração do poder que é o apagamento da memória. O esquecimento é um aspecto vital para que as pessoas não adotem um posicionamento crítico diante da realidade que as cerca. Em Veríssimo, a *Operação Borracha*, e em Machado, Naziazeno, sem passado e sem futuro. Duas construções fictícias que mostram como, por anos, o silenciamento da história individual e o apagamento da memória são efetivos na construção das relações de poder e da legitimação da história tradicional.

um raio muito pequeno, muito chegado. (MACHADO, 2004, p. 54). O nevoeiro aqui simboliza a total cegueira diante do sucesso de estratégias de dominação que visam à anulação do sujeito. Têm sua “fala roubada e restituída” (PARANHOS, 2007, p. 29), pois, ao “perderem” sua voz, acabam por reproduzir o discurso que lhes é imposto. Só podem ‘ver’ um raio muito pequeno, pois o ‘nevoeiro’ ofusca-lhes a visão, a capacidade de pensar. Seu horizonte é curto. Estão tão submissos ao discurso do outro que não têm nenhuma possibilidade de uma projeção futura ou de uma reflexão em torno da sua não inserção na sociedade.

A passividade é representativa das estratégias de poder que negam e sufocam o discurso do sujeito e as suas próprias histórias de vida. A própria lógica capitalista, um quarto elemento na reflexão sobre os dispositivos de poder, tem a função de organizar a vida num esquema de praticidade e objetividade que leva as pessoas a um ritmo acelerado e repetitivo, o que suprime a realidade individual e a história de cada um.

Assim, Naziazeno é só mais um entre tantos que estão totalmente ocupados com as tarefas diárias, em movimentos repetitivos. A mecanização das atividades cotidianas dos trabalhadores os torna totalmente ocupados, reféns da lógica capitalista que impõe um ritmo desumano aos trabalhadores e produz esse “nevoeiro” que os impede de pensar uma lógica diferente de vida. Não sem razão, o relógio transforma-se na metáfora do controle exercido sobre o trabalho que movimentava o mercado interno. Tal situação acaba por empurrar os milhares de cidadãos anônimos para um contexto de completa marginalização. “O drama vivido por Naziazeno é de caráter particular, mas torna-se social, na medida em que a personagem é coletiva, representativa de uma camada social urbana que não consegue sobreviver da venda de sua força de trabalho” (VÉSCIO, 1995, p. 80). O trabalho, torna-se, assim, um dispositivo de controle social bastante eficaz na medida em que incorpora milhares de indivíduos à lógica capitalista.

Em síntese, a disciplinarização do trabalho, (...) era a palavra de ordem. Expressava, à perfeição, uma das preocupações dominantes do Governo Vargas já no imediato pós-30, cujo fim era o controle político das classes trabalhadoras. Sem isso, tal como era admitido oficialmente, emergiriam graves problemas para a preservação da ‘ordem social’ e para o “progresso econômico” do Brasil. (PARANHOS, 2007, p. 16)

Machado, ao longo da narrativa, com Naziazeno, vai construindo um retrato da rotina dos trabalhadores, enfatizando esse controle e disciplinarização do trabalho. Apresenta, no ambiente fictício, o “outro lado da moeda”, ou seja, a realidade sofrida e controlada daqueles que se transformam em produtos do discurso do poder sob sua própria ótica. Retomando Foucault, os indivíduos tanto podem exercer o poder quanto sofrer sua ação. O autor nos mostra claramente os tantos níveis de controle a que estavam submetidos esses eternos “anti-heróis” do cotidiano. Além do controle do tempo, ao terminar as atividades, é realizada uma revista colocada por ele como uma obrigação. Na passagem que retrata o fim do dia dos trabalhadores, quando a revista obrigatória é realizada, vê-se claramente mais uma mostra da submissão: o responsável pela revista também está nessa condição, pois não sabe qual o motivo da revista nem a questiona. A mecanização dessa função deixa entrever claramente a força de um poder que controla o indivíduo em todas as situações:

O dia *terminou* ali. Os operários lá nas “obras” estão “largando” - cada um com sua latinha de comida. Vão disciplinarmente à guarita do seu Júlio, pra ser passada a revista. Todos aqueles homens podiam ser ladrões ... O seu Júlio não acredita... nem desacredita: ele revista apenas. É uma obrigação que uns e outros têm ... (MACHADO, 2004, p. 101-102)

E ainda como simbologia da consolidação de classes de anônimos como reféns dentro dessa lógica capitalista está a busca desenfreada pelo dinheiro que configura a luta diária pela sobrevivência perante um quinto elemento - o poder monetário que incide diretamente sobre esses sujeitos, a exemplo de Naziazeno: “a sua parte útil ao sistema é incorporada ao processo produtivo, e as suas necessidades particulares são rejeitadas, tornando-o um devedor constante, um mau pagador, um sujeito marcado” (VÉSCIO, 1995, p. 99). Interessante perceber como o estudioso da realidade da Porto Alegre dos anos 30 enfatiza a utilidade dos trabalhadores ao processo produtivo. Suga-se deles o que interessa, o que gera produção. Seus interesses particulares, sua vida além disso não é considerada e é rejeitada. Não é por acaso que o autor traz para o âmbito da narrativa as ideias de abandono, solidão e anonimato.

Devido aos salários baixos que recebem, os trabalhadores não têm outra alternativa senão o endividamento. Contando com a ajuda de amigos, reféns de esquemas de agiotagem e da política de favores, seguem nessa rotina que os mantém presos e ocupados, sem nenhuma oportunidade de pensarem a própria situação em que estão inseridos. Não é permitido pensar. É preciso buscar o dinheiro a cada dia para suprir as necessidades mais urgentes, cumprindo exatamente a famosa expressão de Marx (1983, p. 367): “de viver um pouco melhor que da mão para a boca”. Por isso, acontece a sucessão de empréstimos que os aprisiona numa rotundidade sem fim de dívidas, pois não têm dinheiro para questões básicas como alimentação e saúde. A lógica capitalista é a lógica do dinheiro. E dinheiro é poder, sobretudo, o tempo é poder (MARQUES, 2021, p. 379). Nesse sentido, a construção do personagem deixa entrever a força do controle:

O controle social, obtido através do empreguismo, revelou-se eficiente em dois pontos cruciais; em primeiro lugar, a classe dominante mantém o controle do processo eleitoral e a consequente manutenção da “ordem”; em segundo, colabora com a formação de um mercado de reserva de mão-de-obra na cidade, pois, pagando salários muito baixos favorecia o processo de exploração do trabalho, servindo como referência para os vencimentos em geral. (VÉSCIO, 1995, p. 127)

Os salários baixos favoreciam esse controle, uma vez que os trabalhadores, rotineiramente, se mantinham ocupados e preocupados em resolver os problemas financeiros que se avolumavam. Dessa forma, esse conjunto de mecanismos estruturados nesse período, através de um discurso ideológico que propagava a ordem e a harmonia no país, produzia seus frutos ao encarcerar as classes assalariadas em um círculo vicioso bastante eficaz para esse projeto de poder que, aos poucos, culminou na instauração do Estado Novo.

Enfim, a vida na cidade, para Naziazeno e os trabalhadores em geral (Naziazeno é um personagem de ficção que traz a situação real das classes trabalhadoras para a narrativa), é uma eterna luta pela sobrevivência, pois, sob a lógica do capital imposta pelo sistema capitalista, são perseguidores da solução para os problemas financeiros e grandes perseguidos pela força do tempo, do poder político,

do silenciamento de suas histórias e do poder monetário na lógica capitalista. O enredo, aparentemente simples, em torno de um cidadão comum, propõe uma reflexão bem mais profunda acerca de todo o contexto sociopolítico e econômico dos anos 1930. A produção e veiculação de um discurso ideológico que favorecia às classes dominantes, materializado nas tantas propagandas em torno da figura de Getúlio Vargas e da reconstrução do país, aprisionaram milhares de trabalhadores relegados à condição de sujeitos alienados. Paranhos, trazendo Foucault, caracteriza bem toda essa situação ao falar do “contrapor a ‘força’ do poder instituído à ‘fraqueza’ do poder instituinte” (PARANHOS, 2007, p. 18).

Machado é um claro exemplo, ao lado de outros escritores do período, do aflorar da sensibilidade diante dos problemas que afetavam diretamente as classes assalariadas, fazendo da literatura o espaço para o discurso negado, para a denúncia do apagamento da história de milhares de trabalhadores que verdadeiramente constroem o país; no entanto, as tantas estratégias de poder, aqui analisadas, empurraram toda essa classe para essa realidade de subdesenvolvimento. Esse contexto dos anos 1930 foi uma fase de pré-consciência dessa situação de subdesenvolvimento no país a partir das obras que destacaram um regionalismo que se chamou de “romance social” (...) (CANDIDO, 1989, p. 160). Esse regionalismo, nas palavras de Candido, “é a superação do otimismo patriótico e a adoção de um tipo de pessimismo diferente do que ocorria na ficção naturalista”, que mostra a degradação do homem não como o seu destino, mas como uma consequência da exploração econômica (CANDIDO, 1989, p. 160).

Analisando o que Candido nos traz, percebemos a postura de Machado que, ao criar Naziazeno Barbosa, desnuda sua postura firme e consciente contra o poder estabelecido nas ações e discursos oriundos das classes dominantes. Naziazeno é esse sujeito alienado refém do poder instituído e da espoliação econômica citada pelo crítico.

Nessa aproximação entre literatura e história tradicional, obras como *Os ratos* permitem entrever o outro lado da história não contada, silenciada pelos discursos criados e forjados nas relações de poder: uma história de luta pela sobrevivência calcada na submissão de tantos Naziazenos oprimidos, calados, subjulgados por uma lógica discursiva que sempre esteve ao lado das classes dominantes e seus interesses em manter-se no domínio de tudo e todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do romance *Os ratos*, com base nas propostas de Foucault sobre a relação entre discurso e poder, possibilitou um outro olhar em torno da construção do personagem central. A dissolução da historicidade gerada pela situação em que se encontra o personagem na luta desesperada pela sobrevivência leva ao seu silenciamento e à ausência de consciência crítica, uma vez que a consciência que ele tem de realidade é aquela forjada nas relações de poder e nos discursos produzidos dentro do regime ditatorial. Forçado a viver o agora, o que fica bem evidenciado pelo recorte temporal de vinte e quatro horas, torna-se presa fácil do poder autoritário e da lógica do dinheiro que o jogam numa situação de opressão material que é degradante.

A partir de Foucault, entendemos esse funcionário como um produto, um efeito do poder do tempo, do poder político, da lógica capitalista e do poder monetário e ainda da dissolução de sua historicidade. Ele sofre as consequências de um discurso que interessa às classes dominantes, ao grupo

político que estava no poder e a um sistema capitalista que busca o lucro e a produção de riqueza em detrimento da situação deplorável em que se encontravam milhares de Nazizenos. Esse poder político e ditatorial vigia, controla e rege a vida dos indivíduos, tornando-os reféns de ideologias e do drama moral que vivem, reduzidos à “sisifiana” luta pelo dinheiro.

Todas as instâncias de poder aqui analisadas a partir da narrativa d’*Os ratos* conduzem a uma séria reflexão acerca do lugar desses anti-heróis que não têm voz dentro da história tradicional. Nesse sentido, uma das grandes contribuições da literatura é proporcionar uma análise histórica e sociológica da profunda manipulação a que foram e são submetidas as classes menos favorecidas da população na construção dessa história legitimada por forças dominantes. Conjugam-se discurso político, lógica capitalista, controle da força de trabalho, tempo e memória. Juntos, esses elementos se transformam em um caminho bastante eficaz para o sufocamento de qualquer discurso que esteja na contramão dessa postura e conduza a alguma forma de resistência.

Machado, de maneira esplêndida, constrói uma narrativa simples, mas envolvente, capaz de trazer à tona uma denúncia contundente da situação de ausência de história, de discurso, de poder, de capacidade de resistência que levou as classes de Nazizenos a não conseguir construir um contradiscurso, dada a fragilidade e a degradação a que foram submetidas. Aos indivíduos que não pertencem às classes dominantes resta essa situação deplorável: não ter sequer condições de pagar o leite para o filho, o que traz, como consequência, a vida à margem da sociedade, num processo de total aniquilação: calados, passivos e abatidos. A miserabilidade a que estão submetidos é consequência da negação do seu discurso, e seu destino é padecer os efeitos da não inserção no contexto social vigente.

Nesse sentido, a alegoria dos ratos é providencial, pois, além da sensação do gesto roedor do dinheiro ao final da narrativa, mesmo não chegando a roerem o dinheiro, são metáforas do tempo que é roído pela busca desenfreada de solução como também podem ser associados ao poder ideológico dos anos cinzentos da ditadura. São os ratos que representam um poder vigilante, controlador que rói qualquer perspectiva de melhora de condições de vida para os trabalhadores que têm como única alternativa sobreviver. São os ratos, que como Nazizeno, sobrevivem das sobras e correm de canto a canto sem uma direção definida na luta pela sobrevivência diária.

As relações de poder forjam uma existência degradada pela marginalização, exclusão e alienação dos indivíduos. Ideologias dominantes sempre se instauram no sentido de destruir a possibilidade da construção de uma consciência crítica e manter os demais na caverna ou em *Matrix*. Ou como em *Tempos modernos*, são obrigados, mecanicamente, a produzir mais e mais, ocupar-se inteiramente sem qualquer espaço para se rebelarem. Em relações de poder predominam o domínio, o controle de uns poucos sobre a submissão e a passividade de muitos outros.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., D. Posfácio. In: MACHADO, D. **Os ratos**. São Paulo: Planeta, 2004. p.

BIASOLI, V. Prefácio. In: VÉSCIO, L. E. **História e literatura: A Porto Alegre dos anos 30 a partir de “Os ratos”**. Bauru: UFC, 1995.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, A. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, A. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2017/10/antonio-candido-a-educac3a7c3a3o-pela-noite-e-outros-ensaios.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GOMES, A. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LAFETÁ, J. L. **1930. A crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MACHADO, D. **Os ratos**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

MARQUES, L. A. **A tensão do real: entre as formas do saber, os poros do poder e os prismas da estética**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política, livro 1, tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAIM, P. **O homem público não é um vento sem rumo**. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP - Senado Federal, 2005. p. 143; 153. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PARANHOS, A. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SCHIFFNER, T. L. Os ratos: uma trama de ponteiros, pontuações e negócios. **Navegações**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. e27216, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-4276.2019.1.27216>. Acesso em: 2 maio 2022.

VERISSIMO, E. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VÉSCIO, L. E. **História e literatura: A Porto Alegre dos anos 30 a partir de “Os ratos”**. Bauru: UFC, 1995.